MANIFESTO COSMOS

Fundamentos de uma instância nacional da Atmosfera

Documento 1 de 5. Novembro de 2026.

> *O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País.*
>
> Constituição Federal, artigo 219

No fim de agosto de 2024, quando o X saiu do ar no Brasil por ordem judicial, três milhões de pessoas abriram conta no Bluesky em cerca de uma semana. Oitenta e cinco em cada cem eram brasileiras. Não houve campanha, não houve edital, não houve comitê. Houve gente que queria continuar conversando e descobriu, sem saber o nome da coisa, que a conta podia viajar. A maioria voltou quando o X voltou. A rede que hoje soma quarenta e seis milhões de contas registradas no mundo tem pouco mais de dez milhões de pessoas ativas por mês, e os brasileiros que ficaram lá, cerca de 2,6 milhões de contas, são o primeiro público da instância de que este manifesto trata.

Aquela semana ensinou duas coisas. A primeira é que o brasileiro se move. A segunda é que se moveu de uma plataforma estrangeira para outra plataforma estrangeira, porque não havia para onde ir.

Este manifesto existe para que, na próxima vez, haja.

I. O problema

Em trinta anos de internet, o Brasil construiu muita coisa própria. Os sites das universidades, os portais do governo, os jornais digitais, o comércio eletrônico, o Pix. O debate público, porém, acontece em plataformas estrangeiras. É nelas que a notícia circula, que o vereador se explica, que a mãe procura a vaga da creche, que a eleição se decide. Quem controla a plataforma decide a ordem em que cada frase é lida, guarda em outro país o registro de quem falou com quem, fecha o acesso ao pesquisador que quer medir o que acontece ali e, quando a Justiça brasileira multa, lança a multa na contabilidade como lança a conta de luz.

A Constituição de 1988 proibiu, no artigo 220, que os meios de comunicação social fossem objeto de monopólio ou oligopólio, e escreveu no artigo 219 que o mercado interno é patrimônio nacional a serviço da autonomia tecnológica do País. Nenhum dos dois artigos imaginou o feed. Os dois o descrevem.

Celso Furtado chamou de dependência não a falta de coisas, e sim a perda do poder de decidir. Um país dependente consome o que não escolheu e paga pela escolha alheia. Álvaro Vieira Pinto, em O conceito de tecnologia, foi mais fundo. A nação que só consome a técnica dos outros acaba por pensar com a cabeça dos outros, porque toda técnica carrega a pergunta que se propôs a responder, e o algoritmo de uma rede estrangeira responde à pergunta do acionista, que é quanto tempo o brasileiro fica olhando. Em Direito à Realidade, Percival Henriques deu nome ao que acontece com a pessoa nesse arranjo. Ela deixa de ser o sujeito da conversa e passa a ser o sujeito da predição, aquele cujo comportamento a plataforma antecipa, mede e vende, sem que ele possa saber o que foi previsto a seu respeito, nem por quê.

Nenhuma lei brasileira trocará a pergunta enquanto a plataforma for a mesma.

Houve quem propusesse uma rede estatal. Não é o nosso caminho. Uma plataforma do governo troca um dono por outro, e o segundo tem polícia. Houve quem propusesse esperar que a regulação domasse as plataformas, e a regulação é necessária. Por ela lutamos no Marco Civil, na Lei Geral de Proteção de Dados e, este ano, na vigência do ECA Digital. Regular quem não se alcança, porém, tem limite. Faltava a terceira via, uma infraestrutura pública de comunicação que não tenha dono porque foi construída para não ter.

II. O protocolo

Essa infraestrutura existe desde 2023 e chama-se AT Protocol, o protocolo em que roda o Bluesky. Quem trabalha nele chama de Atmosfera o conjunto dos aplicativos e serviços construídos sobre o protocolo. Demos o nome de Cosmos à infraestrutura brasileira que construímos sobre ele. Escolhemos o nome porque o cosmos é aquilo que todos têm em comum sem que ninguém o possua.

O protocolo separa o que as plataformas fundiram. A identidade de cada pessoa é um registro criptográfico que não pertence a servidor nenhum, e o nome que a identifica é um nome de domínio, de modo que um brasileiro pode ser, literalmente, fulano.ufpb.br ou fulano.cosmos.org.br. Os dados de cada pessoa ficam num servidor pessoal, que pode ser trocado como se troca de operadora de telefonia levando o número. A visão da rede, as timelines, as buscas e os perfis, é montada por um serviço à parte, que qualquer um pode construir e cuja ordenação qualquer um pode ler. A moderação é outra camada, feita de rótulos públicos e assinados, que a pessoa escolhe seguir ou não. Quem controla uma peça não controla as outras.

Esse desenho já foi testado. A própria Bluesky, a empresa, não guarda as suas quarenta e seis milhões de contas num servidor único. Roda dezenas de servidores pequenos, cada um com nome de cogumelo, que federam entre si exatamente como federaria um servidor de fora. Rudy Fraser criou o Blacksky quando viu o algoritmo entregar racismo a quem ele conhecia, e montou, dentro da mesma rede, uma comunidade com a moderação e a governança próprias, hoje com um relay próprio. A Europa fundou a Eurosky,

infraestrutura hospedada em solo europeu e sob a lei europeia, e lançou este ano o seu aplicativo. O diretório central de identidades, que era operado pela empresa, está passando a uma associação sem fins lucrativos registrada na Suíça, com espelhos de leitura que qualquer país pode manter.

O que ninguém fez ainda é uma instância nacional, de um país inteiro, hospedada em instituições públicas e da sociedade civil desse país, sob a lei desse país.

É isso que o Cosmos propõe.

O diretório de identidades, contudo, ainda fica fora, por mais que o espelhemos aqui, e a federação prometida para ele é um anúncio, não um fato. As lojas de aplicativos continuam sendo duas, e estrangeiras. No primeiro dia, a visão da rede e o fluxo que a alimenta serão os da Bluesky, até que os nossos entrem. E nenhum protocolo garante audiência. O efeito de rede não se decreta, constrói-se com gente, e gente vai onde a conversa está. Preferimos dizer isso agora a descobrir depois.

III. A instância nacional

Em 1989 o Brasil criou a Rede Nacional de Pesquisa para ligar universidades que, cada uma com a sua máquina e o seu enlace, formaram a primeira espinha dorsal da internet brasileira. Mais tarde o NIC.br passou a manter os pontos de troca de tráfego, hoje em quarenta localidades, onde as redes se encontram e trocam dados sem pedir licença a ninguém. O Cosmos nasce dessa linhagem. É uma rede que ninguém sustenta sozinho e que é sustentada por todos que entram.

Cada instituição que adere, seja universidade, instituto de pesquisa, veículo de imprensa, entidade da sociedade civil ou cooperativa, oferece um servidor e o liga ao ponto de troca de tráfego da sua cidade. Um departamento, um laboratório ou um projeto de pesquisa também pode aderir, pela assinatura do seu coordenador. Esse servidor guarda contas. No vocabulário do Cosmos ele é a oka, a casa, e o conjunto das casas é a taba. Os demais serviços também têm nome tupi, porque o nome explica a função. A okara, a praça da aldeia, é a porta de entrada que recebe os recém-chegados e os distribui entre as casas. O tesá, o olho, é o serviço que vê a rede inteira e monta as timelines. O tekó, o modo de viver, é a moderação. O ybytu, o vento, é o relay que carrega o fluxo de uma ponta a outra. O itá, a pedra, é a cópia local do diretório de identidades, porque a identidade é o que não muda.

Nenhuma peça da rede existe num lugar só. Cada servidor de contas tem um irmão em outra instituição, que o copia a cada poucos minutos e responde pelo mesmo nome se ele cai, sem que a pessoa perceba. Os demais serviços rodam em pelo menos duas instituições, em duas cidades. Essa é a regra de admissão de qualquer componente. O que só existe num lugar não entra em produção.

Uma universidade sozinha não sustenta uma rede social. Vinte universidades, com um servidor cada, sustentam uma instância para o país inteiro e ainda sobram máquinas.

E a infraestrutura é uma só. As instituições não são instâncias separadas, com os seus muros e as suas regras. São a capacidade distribuída de uma única infraestrutura nacional de identidade, com um nome, @nome.cosmos.org.br para todos, e uma porta de entrada. Sobre ela roda a Anil, a rede social de interesse público que a associação mantém, com um aplicativo em português sob a lei brasileira e uma política de moderação pública. Sobre ela podem rodar outras redes e outros serviços, de quem quiser construí-los, todos com a mesma identidade. Para quem usa, há um só Cosmos.

Para quem derruba servidores, não há o que derrubar.

IV. A moderação

Nenhuma rede é neutra no que deixa circular. A diferença entre a Anil e as plataformas está em quem decide, à luz de que lei e com que registro.

A moderação na Anil tem três camadas, e a ordem importa. A primeira é a de cada pessoa, que recebe ferramentas que nenhuma plataforma oferece juntas: silenciar palavras por um dia ou para sempre, seguir listas de bloqueio curadas por quem confia, escolher quais rótulos quer ver aplicados ao que lê. A segunda é a da comunidade, feita por moderadores humanos, sob o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Marco Civil, a Lei Geral de Proteção de Dados e o ECA Digital, num sistema aberto em que cada rótulo é um registro público e assinado, e em que toda decisão pode ser contestada e lida por qualquer um. A terceira é a automática, para o volume que nenhum ser humano lê, com classificadores que rodam em máquinas brasileiras e inteligência artificial brasileira para os casos que dependem de contexto, de ironia, de gíria e do direito nacional, e que nunca decidem sozinhos o que a segunda camada pode decidir.

A regra que atravessa as três é a transparência qualificada, outro conceito de Direito à Realidade. Não é a transparência de quem publica dez mil páginas de termos, e sim a de quem explica, na língua da pessoa, por que aquele post recebeu aquele rótulo, quem decidiu e como recorrer. O Comitê Gestor da Internet no Brasil fixou em 2009 dez princípios para a governança e o uso da rede no país, entre eles a liberdade e a privacidade, a governança democrática e colaborativa, a diversidade, a interoperabilidade e a inimputabilidade da rede. O decálogo foi escrito para uma internet que ainda era de todos. A Anil é a tentativa de cumpri-lo numa rede social.

Erraremos. A moderação humana erra, a automática erra mais e de outro jeito. A diferença é que aqui o erro terá nome, registro e recurso, e a comunidade que o cometeu será a mesma que responde por ele.

V. A entidade

A rede terá uma entidade de governança própria, uma associação sem fins lucrativos, de direito privado, a ser fundada ainda em 2026, com atuação no Brasil e no exterior, em especial nos países de língua portuguesa. Os nomes e domínios do Cosmos, registrados

pela ANID para dar o primeiro passo, passam à associação quando ela tiver CNPJ. São membros associados as pessoas jurídicas e as pessoas físicas admitidas na forma do estatuto. As instituições que sustentam a rede entram por um termo de adesão e cooperação técnica, cuja contrapartida é subir e manter um servidor dentro da régua comum, e cada uma delas tem um voto na Assembleia Geral, qualquer que seja o número de servidores que mantenha, e voz e voto no Colégio de Instituições, o órgão em que a rede decide o que é técnico e operacional. O Conselho de Administração tem tamanho fixo, sete titulares e três suplentes, pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral entre os associados, na sua capacidade individual. O mandato é do conselheiro, não da instituição que o indicou.

A Assembleia Geral é soberana. O Conselho de Administração decide a política, inclusive a de moderação, e supervisiona a gestão, a Diretoria executa e o Conselho Fiscal fiscaliza. As atas são públicas, as contas são abertas e o código que roda na rede é livre. Quem quiser conferir não precisa pedir.

A entidade não é dona da rede, porque o protocolo não comporta donos. É a guardiã dos nomes Cosmos e Anil, da porta de entrada, da política de moderação e dos acordos entre as instituições. Se um dia falhar, as contas saem pelo mesmo caminho por que entraram, e a rede continua.

VI. O mercado que se abre

Uma infraestrutura pública de comunicação abre mercado em vez de fechá-lo. O Pix mostrou isso. Quando o Banco Central pôs de pé um trilho público de pagamentos, centenas de empresas nasceram para construir sobre ele, e nenhuma precisou pedir licença a um banco. O AT Protocol faz o mesmo com a comunicação. Os dados públicos da rede são abertos e documentados, a identidade é portátil, e qualquer empresa pode criar um aplicativo, um gerador de feeds, um serviço de moderação, uma ferramenta de verificação, um painel de análise, um sistema de segurança ou um assistente de inteligência artificial que funcione para todos os usuários do Cosmos e de toda a Atmosfera, sem negociar com a plataforma, porque não há plataforma com quem negociar.

É um mercado para centenas de startups brasileiras de comunicação, de inteligência artificial e de segurança, construído sobre uma base pública que não muda as regras no meio do jogo e não cobra pedágio pelo acesso aos próprios usuários. Nas plataformas fechadas, cada interface de programação é uma concessão que o dono revoga quando quer. Aqui, a abertura é o desenho.

VII. Compromissos

Os membros fundadores do Cosmos assumem, perante o país, dez compromissos.

1. Os dados dos brasileiros ficam em território brasileiro, em instituições brasileiras, sob a lei brasileira.

2. A identidade é de quem a usa. Sair do Cosmos levando a conta, os seguidores e o histórico é um direito garantido pelo protocolo e pela casa, nunca um favor.
3. Nenhuma peça existe num lugar só. Toda função da rede vive em pelo menos duas instituições, em duas cidades, e nenhuma instituição, a fundadora inclusive, detém peça única.
4. Todo o código é livre e tudo o que roda é publicado. O que não puder ser publicado não roda.
5. A moderação é transparente, humana onde depende de contexto, registrada em público e sujeita a recurso.
6. A pesquisa e o desenvolvimento são abertos. O acesso aos dados públicos da rede é gratuito para pesquisadores, universidades, imprensa e desenvolvedores, com a proteção da lei para o que não é público.
7. Não há publicidade comportamental, não há venda de dados e não há timeline ordenada pelo tempo de tela. O que se vender, se algum dia algo se vender, será serviço, nunca atenção.
8. A governança é plural. Toda instituição com servidor tem um voto na Assembleia Geral e voto no Colégio de Instituições. O Conselho de Administração tem tamanho fixo e é formado por pessoas eleitas entre os associados, na sua capacidade individual, ao lado da assembleia, da diretoria e do conselho fiscal, com atas públicas e contas abertas.
9. Não há muros. O Cosmos fala com toda a Atmosfera, e quem está em qualquer instância do mundo conversa com quem está aqui.
10. A rede fala português, o do Brasil e o de todos os países que o falam, nasce acessível, inclusive em Libras, e carrega nos nomes das suas peças a língua que esta terra falava antes de ter um nome.

VIII. O que pedimos

Às instituições, um servidor. Uma máquina, uma porta no ponto de troca de tráfego, dois técnicos e a assinatura num termo de adesão e cooperação técnica. Em troca, a instituição dá handles no próprio domínio aos seus, mantém a sua moderação por cima da comum e tem voto na Assembleia Geral e no Colégio de Instituições.

O convite atravessa o Atlântico. As instituições de Portugal, de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe e do Timor-Leste podem levantar as suas casas na mesma rede, sob as suas leis e com handles nos seus domínios, porque a língua que esta rede fala não termina na fronteira. E a rede pode ter servidores parceiros e espelhos em outros países, como o NIC.br mantém fora do Brasil cópias dos servidores do .br, sem que os dados dos brasileiros saiam daqui.

Às empresas, que construam. A documentação é pública, a interface é a mesma para todos e ninguém precisa de autorização para começar.

Às pessoas, uma conta. Nada mais. As cerca de 2,6 milhões de contas brasileiras já registradas na Atmosfera podem ser trazidas para casa com um clique, e as que ainda não existem levam um minuto.

Ao Estado, nada além da lei. Não pedimos financiamento para começar. O primeiro servidor nasce numa rede brasileira com sistema autônomo próprio, e o seu espelho, em Campina Grande. Pedimos que a lei que já existe seja cumprida e que, quando o país quiser investir em infraestrutura pública de comunicação, saiba que ela existe e tem endereço.

Em agosto de 2024, três milhões de brasileiros mostraram, numa semana, que sabem se mover. Vão se mover de novo quando houver para onde. O céu, desta vez, fica aqui. Se o Brasil pode ter uma rede sua, estas páginas respondem. Se vai querer olhar para cima, responde quem as lê.

_____, _____ de _____ de 2026.

Membros fundadores

Associação Nacional para Inclusão Digital (ANID)	Percival Henriques de Souza Neto, presidente

Instituição e representante legal. Linhas em branco para as adesões colhidas na assembleia de fundação.